

Quem cuida de quem cuida dos trabalhadores e das trabalhadoras?

Tenho acompanhado relatos cada vez mais frequentes e contundentes de sofrimento e adoecimento psíquico de profissionais que atuam na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (STT). Eu mesma tenho relatado meu padecer de Burnout e outros sofrimentos relacionados ao trabalho num Centro de Referência em Saúde do(a) Trabalhador(a) - Cerest. Para nós, “o povo da STT”, a luta e o debate sobre saúde e trabalho invade todas as nuances da vida. É o tema do cafezinho, da roda de chimarrão, do almoço, do WhatsApp, que entra sem pedir licença em nossas relações familiares e sociais. Nunca mais se deixa de ser “ceresteiro/a”... nunca mais se olha o mundo sem enxergar a tessitura do trabalho em seu âmago - seja o trabalho socialmente reconhecido, seja o trabalho socialmente negado ou desvalorizado. A partir da STT, por exemplo, não é mais possível a mera admiração de uma obra de engenharia/arquitetura, pois nosso olhar passa a reconhecer naturalmente o trabalho humano ali investido, a conjecturar sobre as condições em que este trabalho foi desenvolvido, a questionar se e quantos acidentes e mortes de trabalhadores e trabalhadoras ocorreram enquanto a mesma fora construída. Quando chove e falta energia elétrica ou sinal de internet e tv por assinatura, impregnados(as) pela STT, lembramos que, enquanto os(as) consumidores(as) abrem pedidos de resolução, trabalhadores(as) estão subindo em postes e telhados nas piores condições climáticas (e de trabalho, pelo agravamento do risco) para restabelecer à sociedade o fornecimento desses suprimentos. Fazer STT é sentir “culpa” ao pedir uma refeição por tele-entrega ou aplicativo ou ao utilizar serviços de transporte por aplicativos, pois sabemos a realidade enfrentada pelas pessoas que vivem desses trabalhos, nos importamos com isso e tentamos intervir sobre esse cenário. Atuar nessa área é ter um radar que detecta condutas abusivas e desproteção, até mesmo ao tentarmos distrair a mente nas redes sociais... Ou seja, a STT não pausa, contrariando as recomendações da área a qualquer trabalhadora ou trabalhador...

Além disso, o trabalho que é realizado por profissionais da STT e os resultados do mesmo é quase sempre questionado com carga negativa. A sensação de que sempre estaremos desagradando é como uma sombra que nos persegue mesmo em dias sem sol. Somos sabedores da nossa insuficiência, afinal enfrentamos um mundo do trabalho cada vez mais explorador e perverso, o que eleva nossa criticidade. Além dos constantes desafios de uma área conflituosa e contra hegemônica, ainda enfrentamos a necessidade de provar, o tempo todo e a todos/as (chefias, gestores de todas as esferas, colegas de outras áreas do Sistema Único de Saúde - SUS, controle social, órgãos de classe, Ministério Público, Ministério do Trabalho, universidades, entre outros), que “o fazer STT” é trabalho, que é necessário, que merece reconhecimento, que é complexo e trabalhoso; por isso, merece investimento e apoio.

Percorremos a rede de saúde levando nosso encantamento pela STT para trabalhadores(as) desencantado(as), gestores(as) desinteressados(as), estruturas e equipamentos de saúde inadequados, tão precarizadas e vulnerabilizadas quanto tantos outros locais de trabalho que vigilamos.

Encontramos trabalhadores(as) da Atenção Primária em Saúde (APS) esgotados(as). Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) transbordando. Atenção especializada sem integração com outros pontos da Rede de Atenção à Saúde - RAS, dada

sua inserção no SUS predominantemente como prestador de serviço. Recebemos muitos pedidos de socorro.

E nós?, nos perguntam.

E nós?, nos perguntamos...

A STT é a única área cuja medida de eficiência é o grau de descontentamento com a atuação da equipe - tanto mais estivermos "incomodando", mais o nosso trabalho está gerando resultado. Triste, né?

Outros aspectos que caracterizam a STT podem ser destacados. Enquanto o Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT de uma empresa tem pleno conhecimento do processo de trabalho/ramo produtivo daquele ambiente específico, ceresteiros e ceresteiras precisam dominar todas as atividades econômicas - do trabalho rural ao industrial, do trabalho informal ao serviço público; precisam conhecer legislação trabalhista, previdenciária e a legislação do SUS; precisam articular com técnicos/as intra e intersetoriais, gestores/as, pesquisadores/as, administradores/as, advogados/as, movimentos sociais e sindicais, legisladores/as, empregadores/as, empregados/as e desempregados/as; precisam vencer a subnotificação, fiscalizar, atender consultas individuais e coletivas, proporcionar educação em STT, participar de espaços de controle social; precisam atuar em temas prioritários (sempre "polêmicos") como o combate ao trabalho infantil e ao trabalho análogo à escravidão, saúde mental e trabalho, exposição a agrotóxicos, investigar óbitos relacionados ao trabalho; precisam realizar apoio matricial em STT e apoio institucional; precisam produzir conhecimento, atuar em equipes multidisciplinares, realizar campanhas de prevenção e outras formas de comunicação com a população trabalhadora; precisam atuar nas emergências em saúde pública e muitas outras atuações não contempladas nos exemplos acima.

Essas demandas são colocadas "no colo" de profissionais de saúde e segurança do trabalho, que assumem a STT nos Cerests ou outros pontos da RAS oriundos/as de instituições de ensino que não preparam para o campo da STT e/ou de práticas profissionais focadas na assistência individual e em procedimentos clínicos.

Como a centralidade do trabalho na vida das pessoas é invisibilizada, os impactos à saúde advindos do trabalho acabam banalizados ou menosprezados, exigindo dos Cerest um eterno retrabalho/recomeço, uma busca interminável em sensibilizar diferentes atores sociais para a importância da STT, um esforço constante em se reinventar na tentativa de obter resultados mais sólidos e, não menos relevante, uma busca (geralmente frustrada) por reconhecimento.

Quem cuida de quem cuida da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras? Se somos a referência, a retaguarda, o apoio matricial, para onde levamos nossas dores, nossas dúvidas, nossas demandas?

Como enfrentamos as contradições experimentadas, como rotatividade de profissionais, precarização das relações de trabalho, disputas políticas e conflitos de interesse, hierarquizações cada vez mais rígidas, definição de metas sem a participação de trabalhadores/as, enfraquecimento do controle social, busca de soluções individualizadas?

Como seguir fazendo Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora diante do desamparo e da crescente superficialidade das intervenções (cumprimento de metas quantitativas x qualidade da atenção à STT)?

Como manter o encantamento pela STT?

E como fortalecer os Cerest, a Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - Renastt e a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - PNSTT sem que trabalhadores/as da STT sejam valorizados/as, apoiados/as e cuidados/as?

Quem cuida das condições de trabalho nos Cerest? Quem intervém sobre os fatores que fazem sofrer ceresteiros e ceresteiras?

Adriana Skamvetsakis
Médica do Trabalho
Ceresteira há 21 anos
Presidente da ABRASTT
Membro do Observatório Nacional Saúde Mental e Trabalho